

ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E COOPERATIVISMO RURAL

Farid Eid¹

Resumo

A Economia Solidária estaria reduzida a ser uma alternativa de geração de trabalho e renda frente à intensificação da precarização do trabalho característica fundamental do capitalismo contemporâneo ou teria um significado a mais para os trabalhadores sinalizando ser possível recuperar a utopia do novo modo de produção em construção? Qualquer importância que se queira dar ao debate teórico é imprescindível que as pesquisas aprofundem as investigações acerca do processo de desenvolvimento organizacional dos empreendimentos seja pela formação continuada dos trabalhadores associados na gestão, mas com ênfase nas relações de intercooperação em todos os níveis possíveis, nas disputas por políticas públicas específicas, entendendo ser uma economia de resistência dos movimentos sociais e não uma adequação à nova fase da crise capitalista global.

Palavras-chave: economia solidária, desenvolvimento organizacional, cooperativismo rural, movimentos sociais

1. Economia Solidária e Desenvolvimento Organizacional

A partir dos anos 1970, com a crescente internacionalização e desestatização da economia mundial associada ao movimento acelerado de concentração e centralização de capitais, é determinante o ressurgimento da economia mercantil e informal em proporções jamais vistas (LAUTIER, 1994). Nesse processo, se por um lado ocorre uma intensificação da precarização do trabalho por outro, o setor de serviços mostra-se incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados. Como resultado, tem-se um crescimento nunca observado antes, do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência (EID, 1990).

Este processo é marcado pela subproletarização aumentada, presente na expansão do trabalho sem direitos sociais e trabalhistas, em tempo parcial durante a jornada de trabalho, temporário com data certa para seu início e fim, itinerante onde o trabalhador se desloca para outras regiões do país onde encontra um trabalho afetando fortemente suas relações familiares, de amizade e pertencimento ao grupo social (EID, GALLO e PIMENTEL, 2001). Essencialmente, trata-se de trabalho precário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado.

Em 2010, estima-se que exista cerca de um bilhão de pessoas pobres ou miseráveis no planeta, sendo quarenta milhões no Brasil. Por outro lado, na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais de resistência aos modelos de concentração da renda, da terra e do poder, articulados por trabalhadores organizados ou de forma espontânea. No entanto, as experiências solidárias e autogestionárias têm sido marcadas pelo isolamento, existência efêmera e servem notadamente como espaços de sociabilidade e com pouca repercussão para a gestação de uma economia do trabalho que pretenda se tornar uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista (GAIGER, 2006).

Na Economia Solidária o trabalho ao ser considerado o elemento central a cada processo, tem a pretensão de se transformar em uma Economia do Trabalho (CORAGIO, 2003), contrapondo-se à Economia do Capital. Para isso, um dos pilares desta nova concepção da Economia é que a racionalidade técnica esteja subordinada à racionalidade social, fundamentada na cooperação. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a expansão do empreendimento, a qual deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores.

A formação efetiva dos trabalhadores associados e a conquista da sustentabilidade do empreendimento, em suas diversas dimensões – econômica, social, ambiental, cultural, humanista e energética – somente serão possíveis a partir de uma metodologia de incubação específica para essas iniciativas econômicas. A metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos (EID, 2000).

Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado na perspectiva da

¹ Professor da faculdade de Administração vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, bolsista do CNPq e Grupo de Investigación en Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en Latioamérica y la Unión Europea – Universidade de Alicante.

transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar. Exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

Se desde os primeiros anos de atividade econômica pretende-se assegurar condições mínimas à (re) conquista da dignidade e da subsistência, pressupõe-se que no decorrer dos anos, com o processo de aprendizagem organizacional, maturação dos investimentos e da coesão social, os impactos sejam maiores na qualidade de vida das famílias associadas e em seu entorno econômico, contribuindo possivelmente para o desenvolvimento das localidades urbanas e rurais. Isto significa ultrapassar a noção restrita de economia popular orientada, em sua grande maioria, para a reprodução simples das famílias associadas, através da satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantindo-se tão somente a reprodução imediata das condições materiais da vida.

O campo restrito da economia popular se vê limitado a um circuito onde pessoas pobres produzem e vendem ou prestam serviços para outras pessoas pobres. Demonstram pouca ou nenhuma capacidade de autonomia e articulação externa, em termos de construção de redes de produção e de consumo com empreendimentos solidários ou na obtenção de apoio, parcerias e reconhecimento junto às instituições públicas. Pode-se verificar que estas experiências, se por um lado são consideradas importantes pela dimensão comunitária, por outro estariam restritas a um reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais.

É neste sentido que se a Economia Solidária surge e se desenvolve inicialmente através da articulação de uma Economia Popular, não significa que deva ser interpretada a ser somente uma economia dos pobres. Sua trajetória histórica poderá ser a de buscar superar as suas dificuldades e orientar-se para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, o que significa reconhecer que tais iniciativas reivindicam também por direitos, por cidadania.

Na atualidade, o fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica na capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das associações e cooperativas solidárias. De fato, para que a Economia Solidária se torne um setor econômico dinâmico e estratégico, gerador de trabalho e renda, segurança humana e bem-estar, é necessário o impulso continuado das iniciativas e da qualificação dos seus sujeitos e demais agentes envolvidos. Essa dupla linha de ação pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar as pessoas e suas expectativas, criar condições para a construção da sustentabilidade dos empreendimentos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e numa visão de responsabilidade social e solidária com a população e meio-ambiente.

Em Coraggio (2001) o significado do termo economia solidária pode diferir ao longo do tempo em uma mesma sociedade e entre sociedades contemporâneas. Isso ocorre ou por razões objetivas ao se referir a realidades culturalmente distintas ou por razões subjetivas por serem interpretadas a partir de marcos teórico e utopias distintas. Nesta obra, este autor nos traz a importância de que esta economia esteja relacionada, ao menos, a três dimensões, quais sejam: a) O desenvolvimento da crítica ao pensamento único de que a economia esteja baseada e modelada em mecanismos sem sujeitos e separada da sociedade; b) A busca pela ação prática voltada a mudar a realidade sobre o mercado capitalista através da desconstrução real dos sistemas de exclusão impostos pelos poderes políticos e econômicos; c) O relacionamento da economia com a realização da utopia de que é possível uma sociedade onde a solidariedade se faça absoluta sobrepondo-se à competição e ao individualismo.

Seguindo esta linha de raciocínio pode-se interpretar a proposta da economia solidária devendo priorizar o desenvolvimento organizacional de empreendimentos econômicos solidários, vinculados aos movimentos sociais de resistência, onde a propriedade coletiva dos meios de produção e a democracia interna sejam características fundamentais na formação continuada dos trabalhadores associados e na formação de redes solidárias em nível mundial. Sendo assim, pode-se caracterizá-la como um conjunto de experiências de iniciativas econômicas, as quais desenvolvem relações sociais de produção e de trabalho anticapitalistas. Pode-se até mesmo conceber, resgatando a utopia dos trabalhadores, de que a Economia Solidária, poderá vir a ser a transição entre um modo de produção decadente e a gestação de um novo modo de produção, a se desenvolver.

É neste contexto que parece ser emergente (re) construir o conceito de politecnia, distinto do conceito de polivalência, onde esteja implícita a ideia de multifuncionalidade, que o trabalhador possa ter compreensão do conjunto do funcionamento do empreendimento, uma visão integrada, de totalidade. Algumas pistas já podem ser visualizadas para a (re) construção do conceito. Saber fazer com competência técnica e aprender, ou ter pelo menos noção sobre os diversos processos de trabalho relacionados com conteúdos e métodos de trabalho, na produção e na atividade administrativa, relacionando-os com os

princípios e os valores da economia solidária são fundamentais para a formação da politécnica dos trabalhadores associados.

Em resumo, desenvolver a igualdade de oportunidades, através da perspectiva de se implementar o rodízio nos cargos do empreendimento, de forma gradual, não impositiva, onde cada um possa passar certo período em cada função, posto de trabalho ou na direção, deve ser tratado com seriedade. Porém, isso não se coloca para um novo empreendimento. Exige-se primeiramente, a formação de uma cultura organizacional. Pode-se começar com o rodízio nos postos de trabalho da produção de um determinado produto. Em seguida, introduzir o rodízio também na produção, agora para a produção de outro produto. Enquanto isso, na administração e no comércio, pode também ocorrer um rodízio entre os ocupantes de cargos. Importante a tolerância no processo de aprendizagem e que os trabalhadores associados mais experientes desenvolvam a capacidade de ensinar, “transferindo” seus conhecimentos, competências, “macetes de ofícios” para os mais novos, apesar de saber que se trata de uma troca. É fundamental a participação de técnicos e de docentes especialistas naquela atividade fim do empreendimento, para ensinarem e aprenderem juntamente com os trabalhadores.

Diante desse novo quadro, emerge o debate teórico entre distintas percepções acerca da orientação de gestão nas cooperativas. Se por um lado a vertente teórica que reflete sobre o cooperativismo tradicional ou empresarial defende que as cooperativas, ao se desenvolverem, devem ajustar-se à mesma lógica da empresa capitalista, via adoção sistemática dos postulados da competição globalizada; por outro, a vertente teórica ligada às cooperativas populares oriundas de movimentos sociais defende que estas se desenvolvam economicamente, mas mantendo a autogestão e a democracia interna em seu interior, impondo a racionalidade social à racionalidade técnica.

No interior deste debate, a gestão do trabalho nos empreendimentos cooperativos, orientada segundo uma ou outra das vertentes teóricas descritas, desponta como elemento estratégico para entender-se a dinâmica entre a racionalidade econômica e social impressas em sua gestão global.

2. Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a formação histórica do mercado de trabalho mostra que o patronato, de modo geral, utilizava-se da mão de obra considerando-a descartável. A partir dessa visão predadora sobre o trabalho, associada à omissão da fiscalização estatal e das dificuldades de organização e controle pelo operariado, encontra-se ainda hoje milhões de trabalhadores submetidos ao trabalho precário, em todas as regiões do país.

O debate acadêmico e político sobre a importância da economia solidária pode reduzir-se, de forma equivocada, à polarização entre aqueles que a veem com desconfiança, como mais um movimento messiânico ou de políticas sociais de caráter assistencial, sem qualquer perspectiva de autonomia e de emancipação social. Ainda há outros que a concebem como um movimento de empreendedorismo emergente e de massa, centrado na competitividade por mercados crescentes e integrados, de forma subordinada à dinâmica das empresas capitalistas.

No plano teórico, os liberais entendem as experiências solidárias como sendo, mais uma vez, corretivo das crises cíclicas do sistema capitalista. Segundo essa concepção funcionalista, quando o ciclo econômico entra em crise o aparecimento ou ressurgimento dessas experiências tem a função de reduzir pressões populares por trabalho, emprego e renda. Entende-se por esta ótica de raciocínio que o empreendimento solidário ao crescer, torna-se empresa capitalista, sendo contrário, torna-se inviável e fecha. E tão logo o ciclo econômico da economia capitalista entrar em nova fase de crescimento, os empresários capitalistas investem, gerando novos empregos e isso leva os trabalhadores associados em empreendimentos solidários a optarem em retornar à condição de trabalhador assalariado.

Ainda encontramos aqueles que afirmam que a economia solidária não seria mais que uma forma de retardar o processo de ruptura com o sistema, através da contribuição à gestão da crise capitalista. Não observam a importância dos trabalhadores serem propositivos e ativos no sentido de buscar a conquista da autonomia e construção da cidadania plena e coletiva, ao mesmo tempo em que se pode construir uma reserva estratégica para mudança no modo de produção.

Em diversas regiões do Brasil, ao analisarmos a trajetória ocupacional e social de trabalhadores associados já se pode observar algumas vantagens em relação ao seu trabalho anterior, via de regra precário, destacando-se: renda monetária maior e próxima ao valor obtido no mercado formal de trabalho; condição de co-proprietário e gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da autoestima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; realizar o trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

A eficiência no trabalho se desenvolve onde existe conjugação de interesses e motivações comuns aos membros. Com isso, pode-se obter maior uso da capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo. Pode-se ainda ter maior ampliação do conhecimento técnico e profissional podendo ser apropriado pelo coletivo, incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Os trabalhadores associados, sendo ao mesmo tempo trabalhadores e gestores, se dispõem a fazer esforços adicionais, eventualmente, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando, a exemplo da redução da jornada de trabalho por maior tempo livre para o lazer, política, educação, família, amigos etc. De fato, enquanto na empresa capitalista, geralmente os empregados são incitados à competirem entre si por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia; no empreendimento solidário, a tomada de decisão, em princípio, é feita com o conjunto de todos os trabalhadores, a confiança e a ajuda são vitais.

O caminho a ser percorrido é construir as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente. Da mesma forma que não existe autogestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera de cada um não garante os resultados pretendidos. É preciso estar atualizado em relação às questões de produção, administração e atividades comerciais, buscando aplicar ideias novas que porventura pareçam úteis para tornar o empreendimento mais eficiente e apto a ampliar sua capacidade de resistência no mercado.

Nestes últimos anos, as experiências de economia solidária têm sido analisadas menos como ações assistencialistas e desagregadoras, historicamente predominante na assistência para com as populações pobres, e mais como embriões de novas formas de produção e de consumo, de organização do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, muitos advindos da Economia Popular. Algumas iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para uma economia concreta e em crescimento, e que procura estar articulada com os movimentos sociais.

Leite (2009) interpreta que a organização do movimento de economia solidária apoiou-se em quatro importantes iniciativas consideradas pilares fundamentais. São elas: a Cáritas Brasileira, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), as Incubadoras Universitárias e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Cáritas Brasileira pertencente à rede da Cáritas internacional é uma instituição da Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que desenvolve suas atividades com fundos gerados pela Campanha da Solidariedade, e com fundos doados pela Cáritas e outras instituições confessionais de países desenvolvidos. Distinguem-se nas ações da Cáritas três grandes ênfases: a assistencial que data de 1956, a promocional que tem início em 1996 e a da solidariedade libertadora, existente desde os anos 1980, centrada na linha de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

Singer (2000a, 2000b) expõe que os PACs foram classificados em quatro categorias: “comunitários”, subdivididos em produtivos e de prestação de serviços, de apoio a “movimentos populares”, à “ação sindical” e projetos de “assistência e promoção social”. Esses grupos produtivos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária (SOUZA, 2009). Desde 2000, o programa nacional de Economia Popular Solidária (EPS) – abalizado nos PACs – passou a ter três objetivos: a promoção e formação de agentes e lideranças da Cáritas, o acesso aos recursos dos Fundos e a articulação em redes *e fori*.

As feiras de EPS, além de espaços de comercialização, possibilitam também o intercâmbio de experiências entre os empreendimentos. De 2004 a 2007, cerca de 10 mil trabalhadores associados (2 mil grupos) foram apoiados por meio do fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. Aproximadamente 600 agentes Cáritas de 160 entidades-membro acompanharam os empreendimentos formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situações de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária. Alguns focos de desenvolvimento local sustentável vêm se destacando, como a Usina Catende (PE), Assema (MA), Cooesperança (RS) e Pintadas (BA). Entre as redes e cadeias produtivas destacam-se a Rede Abelha (mel); a Justa Trama (algodão); a Rede Bode (BA) e a Rede Marcas (MG). Na cidade gaúcha de Santa Maria, o Projeto Esperança/Coesperança abrange mais de 220 grupos de produtores (de maioria rural), envolvendo cerca de 4 mil pessoas. Eles vêm realizando desde 1993 uma feira que já se tornou referência internacional do movimento de economia solidária (SOUZA, 2009).

Quanto à segunda referência, a criação da Anteag deu-se em 1994, no 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, realizado em São Paulo. Sua origem, porém, remonta a 1991, quando os empregados de uma fábrica de calçados, Makerli da cidade de Franca (SP), decidiram assumir a direção da empresa (NAKANO, 2000; SINGER, 2006; SOUZA, 2009). A Anteag surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias (VIEITEZ e DAL RI, 2001). Esta entidade desenvolve diversas ações, algumas delas no momento da criação da empresa, discutindo com os trabalhadores não só questões de viabilidade do negócio, como também os desafios do trabalho coletivo; outras, no processo de acompanhamento de cada empresa em particular e delas no seu conjunto, para articulá-las e criar condições para a construção de redes solidárias e de negócios; outras ainda, para viabilizar trabalhos de parcerias com instituições diversas, para divulgar a autogestão, para discutir a necessidade de um novo marco legal que legitime e ordene as ações e o desenvolvimento das empresas de autogestão (NAKANO, 2000).

Este processo de surgimento acelerado das empresas autogestionárias no Brasil se deu em grande parte por consequência da abertura comercial sem precedentes na história brasileira, conduzida pelo governo Collor e seus sucessores, a partir dos anos noventa. Esta nova orientação de política econômica levou centenas de empresas capitalistas à falência e muitas foram negociadas ou entregues aos trabalhadores como forma de pagamento de passivos trabalhistas, entre outras dívidas, criando-se novas empresas em vários ramos da economia, cujos trabalhadores desenvolvem suas atividades profissionais na perspectiva da plena autogestão.

As empresas autogeridas apresentam alguns elementos positivos. Um deles, os próprios trabalhadores serem os proprietários da empresa, e o fato de poderem participar das decisões os motiva muito mais na busca da superação frente às adversidades.

Outro elemento é a transparência na gestão, o que dificulta eventuais fraudes na administração (TAUILE, 2001). Apesar de a autogestão oferecer bons resultados muitos problemas são enfrentados até o seu êxito. Segundo este autor, as empresas cuja economia se baseia na autogestão trabalham com “restos do capitalismo”, onde: a) As mesmas são formadas por pessoas de pouco ou nenhum poder aquisitivo, a falta de patrimônio dificulta o capital de giro ser maior ao do financiamento da empresa; b) Geralmente, os trabalhadores apresentam pouca instrução formal, carência de conhecimentos técnicos e falta de experiência e conhecimento de mercado, o que fica agravado no caso dos cargos de direção e administração; c) As empresas em sua maioria não têm equipamentos e materiais para trabalhar e quando os têm estes já estão em mal estado ou são obsoletos.

Sobre a terceira referência, a primeira Incubadora Universitária surgiu em 1995, como uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada. Dessa forma, seria responsável por prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empresariais, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento etc (SINGER, 2005).

Em 1998 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), com as primeiras unidades formadas na UFRJ, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade de São Paulo (USP). Tal rede conta periodicamente com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Essa integração em rede possibilita a troca de experiências e a ajuda mútua, e visa estabelecer em cada universidade um centro de extensão, de ensino e de pesquisa.

Em paralelo a esta experiência, considera-se relevante a atividade da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho. Atualmente com cerca de 90 universidades agregadas foi criada em 1995 por um grupo de reitores com trajetória de luta e que pretende ser uma entidade comprometida em fazer a ponte entre a universidade brasileira e o mundo do trabalho através de seus grupos de pesquisa e de extensão. O primeiro projeto que se tornou programa da Unitrabalho teve como tema “Relações de Trabalho e Reestruturação Produtiva”. A rede de ITCPs, formada em 1999, aceitou o convite da Unitrabalho para se integrar a ela como um dos seus programas permanentes. A instituição já desenvolvia projetos com temas, como “Economia Solidária” e “Trabalho e Educação” com dois financiamentos básicos, um com a Fundação Banco do Brasil e o outro com a Agência Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO). A partir de 1996 foram multiplicando-se as incubadoras pelo Brasil. Criou-se uma

rede de incubadoras com a finalidade de trocas de experiências e busca de financiamentos. A Unitrabalho fomentou esse processo, alocando recursos para que se viabilizasse essa criação.

Em 2001, surgiram várias iniciativas a partir de um encontro que ocorreu entre as universidades interessadas em criar suas incubadoras. Contudo, alguns conflitos ocorreram com a parceria Unitrabalho-Rede de Incubadoras, por exemplo, o fato de não haver um estatuto que unisse as instituições; de a escolha da coordenação dos projetos de incubação ser feita pela coordenação da Rede e sem a participação da coordenação da Unitrabalho. A conclusão a que a coordenação da Unitrabalho chegou foi que estavam acontecendo duas redes paralelas e não estava havendo integração das incubadoras com a estrutura da Unitrabalho. A partir dessa situação, o relacionamento foi revisto e a Rede de Incubadoras passou a não fazer mais parte da Unitrabalho.

A Unitrabalho passou a criar incubadoras em universidades onde ainda não existiam, mas sob a perspectiva delas estarem vinculadas aos seus núcleos, para evitar a criação de estruturas paralelas. Em 2010 encontram-se cerca de trinta universidades, algumas com mais de uma incubadora, a exemplo da Universidade Federal do Pará, desenvolvendo atividades de formação e assessoria contínua aos trabalhadores associados de cooperativas urbanas e rurais.

Outro marco na formação da Economia Solidária no Brasil é a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada em 1983. Todavia, assume somente em seu 7º Congresso Nacional em 2000 o apoio ao fomento da Economia Solidária. A estratégia da CUT para a economia solidária está formulada em quatro ações articuladas: a) uma política de organização sindical para a incorporação dos desempregados e dos trabalhadores cooperados na base sindical; b) a organização da Agência de Desenvolvimento Solidário, com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação e outras; c) a apresentação de propostas de legislação relacionada às questões da economia solidária; d) a formulação de políticas públicas para a economia solidária.

Leite (2009) expõe que atualmente a CUT possui três entidades que, conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e a Cooperativa de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL).

A ADS é um órgão da CUT que foi constituído em 1999, em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), além da articulação com entidades internacionais, como a ICCO e a Agriterra (organizações não-governamentais da Holanda), o Instituto de Estudos Sociais (Universidade da Holanda) e o Rabobank (Banco Cooperativo da Holanda). A ADS está estruturada a partir de um escritório nacional e diversos escritórios regionais e estaduais. Sua criação deu-se a partir de um intenso debate no interior do sindicalismo cutista sobre as novas características da organização produtiva e do mercado de trabalho no Brasil e a necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento que tivessem como princípios fundamentais a economia solidária e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a ADS tem como princípios orientadores a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento sustentável; a educação permanente dos trabalhadores; e o respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero. O objetivo central da ADS é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável.

A União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol) consiste em uma associação civil sem fins lucrativos e de âmbito nacional. Foi fundada em março de 2000, no Congresso da CUT, e surgiu da vontade das cooperativas nascidas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba e do Sindicato dos Químicos do ABC. Inicialmente a entidade surgiu como Unisol – SP e congregava 12 empreendimentos solidários do estado de São Paulo. Em 2004, contava com mais de 70 empreendimentos. A existência de diversas cooperativas de outros estados que eram atendidas pela entidade fez com que ela se transformasse em um complexo nacional: a Unisol-Brasil (LEITE, 2009).

A Unisol atua em dezoito estados brasileiros. Os 230 empreendimentos filiados são compostos por: 7.200 homens, 2.900 mulheres e 904 funcionários. Esses funcionários são contratados pelo regime da CLT, com período probatório de três anos. Depois de quatro meses como celetista, ele passa a participar das assembleias e de cursos de formação. Esse trabalhador passa por 16 cursos de formação básicos, em cooperativismo, autogestão, contabilidade. Depois de três anos, ou ele se torna cooperado ou é demitido. A Unisol financia a produção das cooperativas. Em 12 estados há a atuação de um técnico do SEBRAE para atender os empreendimentos. São realizados cursos de formação em cooperativismo e economia solidária, orientações sobre como fazer o plano de negócios, assistência técnica, em marketing e em comercialização.

Segundo Leite (2009), a Unisol já possui um centro de formação e está desenvolvendo uma parceria com Mondragón e com cooperativas de Quebec para a construção de um Centro Tecnológico.

A Cooperativa de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL) é um sistema de apoio às cooperativas de crédito solidário. Foi criada em 2004, em parceria com o SEBRAE, como uma forma de promover o fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento sustentável. Tem como meta a organização de uma rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e solidário que visa dinamizar o desenvolvimento local. E como objetivo, mobilizar a poupança das populações de baixa renda; possibilitar o acesso ao crédito por parte destas populações e promover o desenvolvimento local sustentável e solidário através de projetos produtivos orientados por princípios da Economia Solidária.

Uma experiência que merece destaque é da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) com cerca de oitenta cooperativas e quatrocentas associações de reforma agrária organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), algumas com razoável grau de diversificação e de agroindustrialização, dentre estas, cerca de dez cooperativas com quinze a vinte anos de funcionamento contínuo organizando pequenas cadeias produtivas, tais como de laticínios, do frango, de suínos, entre outras. Estas cooperativas com elevado grau de diversificação e de agregação de valor estão localizadas nos três estados da Região Sul do Brasil.

O MST, criado em 1984, encontra-se organizado em 24 estados, distribuído por 700 municípios, em cerca de 1000 assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 350 mil famílias perfazendo 1,5 milhão de pessoas. Nesse período, o MST destaca-se pelas atividades articuladas de cinco setores. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente atua no desenvolvimento e implantação de um novo modelo tecnológico, com valores agroecológicos e sustentáveis objetiva elevar a produção agropecuária e melhorar a produtividade do trabalho nos assentamentos, visando a atingir melhoria nas condições de vida das famílias assentadas. Em 2010, trabalham mais de 450 técnicos de diversas áreas de conhecimento – agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiros de alimentos, contabilistas, químicos, veterinários, entre outros profissionais, contratados via projetos de assistência técnica e programas de capacitação em todos os níveis, onde são colocados em prática em parceria com universidades públicas e grupos de pesquisa. Este setor contava neste ano, com 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária mobilizando 2300 famílias onde se encontram 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar, 32 cooperativas de prestação de serviços com 11 mil sócios, 2 cooperativas regionais de comercialização e 2 cooperativas de crédito com 6 mil sócios.

O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1500 escolas públicas de assentamentos, com cerca de 150 mil crianças e 3500 professores pagos pela rede municipal e estadual; ainda, aproximadamente 25 mil jovens estão sendo alfabetizados. Acrescente-se 3 mil assentados que se encontram estudando em várias universidades brasileiras e centros de formação do MST localizados em alguns estados, em cursos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (MDA/INCRA/PRONERA) para contribuir na formação de professores, engenheiros, advogados e administradores, entre outras profissões. Destacam-se a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) localizada em Guararema, Estado de São Paulo, e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) localizado na cidade de Veranópolis, estado do Rio Grande do Sul. Dentre outras atividades, desenvolvem cursos de capacitação de nível secundário, como o Técnico em Administração de Cooperativas, Técnico em Saúde, Técnico em Comunicação Popular, Magistério e o curso superior de Pedagogia da Terra. Todos os cursos são modulares, sendo realizados em etapas presenciais e etapas denominadas tempo comunidade, nas quais os educandos devem aplicar os conceitos discutidos no tempo escola e realimentar o processo de construção de um novo modo de produção e de vida solidários.

Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. O Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos 5 continentes.

Outra experiência importante dentro do movimento de economia solidária são as políticas públicas de apoio à criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo as quais tem início no ano de 1997 no Município de Santo André, no Estado de São Paulo (MORAES e EID, 2010). A partir dessa experiência, a organização dos catadores para a formação de cooperativas de materiais recicláveis vem sendo praticada em

diversos municípios visando o desenvolvimento econômico e social, através da geração de trabalho e renda. As cooperativas de catadores são organizações administradas pelos próprios cooperados e funcionam como centrais de beneficiamento primário de materiais recicláveis recolhidos diretamente na fonte (residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e empresas). No Brasil, cerca de 800 mil pessoas sobrevivem da catação de reciclados, com uma renda média de 1 a 1,5 salário mínimo por mês (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

Na atualidade, é cada vez mais importante trabalhar na perspectiva da construção da viabilidade dos empreendimentos solidários, o que significa reduzir a possibilidade de crises. No planejamento para definição da atividade econômica do empreendimento, a ser construído, deve-se levar em consideração que a viabilidade é um processo que pode ser construído, na própria dinâmica de inserção no mercado. A construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda para diversos prazos e passa necessariamente pela articulação com os movimentos sociais em nível regional, nacional e internacional. Para isso, é fundamental a execução de políticas públicas, ação sindical, apoio de igrejas, ONGs, instituições de apoio e fomento, incubadoras, grupos de pesquisas em universidades, associações de moradores, cooperativas urbanas e rurais que podem estar articulados no sentido de se identificar demandas para um empreendimento coletivo a ser formado.

3. Trabalho e Cooperativismo Rural no Brasil

A importância da propriedade coletiva dos meios de produção e de trabalho pelas cooperativas populares perpassa a questão da equidade entre os trabalhadores associados avançando para questões relativas à administração e à produção material.

A busca pela democratização das relações de poder permeia a estrutura produtiva e a organização do trabalho, possibilitando reduzir significativamente os níveis hierárquicos. Nesse debate, pode-se recuperar a noção de politecnia, a qual se baseia no rearranjo dos saberes sobre o trabalho, possibilitando a universalização dos conhecimentos gerais, sem limitá-los a uma única atividade, profissão, ou classe social, sendo os trabalhadores dotados do conhecimento indissolúvel acerca dos aspectos manual e intelectual do trabalho (SAVIANI, 1987).

Assim, a aplicação da autogestão sugere que, pela coletivização dos meios de produção, o conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades seja de domínio de todo o corpo de trabalhadores politécnicos, combinando múltiplas técnicas, que tenham sua utilização definida por eles próprios, de maneira a reafirmar sua autodeterminação. Outra questão fundamental, que emerge ao se tratar da organização do trabalho cooperado, diz respeito ao controle e mensuração do tempo trabalhado pelos cooperados nos coletivos, para efeito da distribuição das sobras como forma de remuneração do trabalho. Essa questão muitas vezes se apresenta como um dos maiores problemas das cooperativas de produção.

Para Tauile e Rodrigues (2004, 2005) é importante que, no interior do empreendimento, a configuração da organização do trabalho leve o trabalhador a se sentir efetivamente um integrante do coletivo, como proprietário dos meios de produção, co-gestor da administração e do planejamento e trabalhador na produção. A ampliação da participação do trabalhador acarreta uma mudança em sua função econômica, pois como proprietário participa das sobras dos resultados e como gestor e trabalhador na produção interessa-se por todo o processo produtivo.

Gaiger (2004) reconhece que mesmo com a organização do trabalho sob a forma de autogestão, os empreendimentos solidários se confrontam com duas delicadas questões: a) assumir a base técnica das empresas capitalistas enviesada para a divisão taylorista/fordista do trabalho; b) buscar patamares de produtividade que os habilite a competir no mercado tradicional capitalista. O autor salienta que, mesmo diante dessas questões, a autogestão não se mostra inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A empresa associativa, por dispor de mecanismos democráticos de ajuste de decisões, é mais maleável às mudanças técnicas e às intempéries do mercado. Há também maior interesse dos trabalhadores pelo empreendimento, o que garante mais empenho no aprimoramento do processo produtivo e reduz desperdícios e negligências, gerando uma racionalidade solidária de compromisso no coletivo.

Quando os trabalhadores assumem a gestão da organização do trabalho sob outro norte que não o da empresa típica capitalista, novos parâmetros, que não apenas os econômicos, são priorizados, na busca de uma racionalidade em que “[...] os conceitos e valores associados à noção de eficiência diferem: no caso do capital, requer-se a combinação eficiente de ativos, força de trabalho, insumos e produtos que gerem a máxima taxa esperada de lucro. No caso do trabalho, requer-se eficiência social: reprodução das melhores condições possíveis, tanto materiais quanto simbólicas da vida em sociedade” (CORAGGIO, 2003, p.95).

A reflexão sobre a gestão das cooperativas e sua trajetória econômica e social está inscrita no interior de um extenso debate entre duas vertentes teóricas: a corrente teórica liberal tem entre seus maiores expoentes Levy (2001), onde a economia no contexto da globalização necessita muito mais de eficiência do que de mutualismo. Separar as exigências econômicas das sociais distancia a cooperativa do mundo da globalização. Para o autor, os antigos princípios da cooperação parecem não ser mais suficientes para a manutenção da cooperativa num cenário globalizado.

Os cooperados deveriam gerir a cooperativa utilizando-se da divisão do trabalho em atividades internas de produção, enquanto a gestão das cooperativas se daria em conformidade com as empresas capitalistas. Haveria separação entre a esfera de decisões estratégicas delegada ao núcleo diretivo da cooperativa e, a esfera de execução onde o trabalho se daria sob relações de assalariamento, com trabalhadores não associados à cooperativa, mas sim prestadores de serviços aos proprietários e produtores, estes sim cooperados (CHIARIELLO, 2008). A cooperativa passaria a ser gerida pelos proprietários dos meios de produção, porém as relações de trabalho internas nas propriedades não diriam respeito à cooperativa, com a separação entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho.

Segundo Panzutti (1996), isso se faz necessário pela existência de dois ambientes distintos de atuação da cooperativa: a) o ambiente dos associados, onde prevalecem os princípios e doutrinas cooperativas da livre adesão, gestão democrática, distribuição das sobras e b) o ambiente de mercado, de alta competitividade, eficiência e eficácia, sendo imperativo para a sobrevivência da cooperativa a geração de excedente com objetivo de desenvolvimento.

Em estudo realizado junto à Nova Geração de Cooperativas no Canadá e E.U.A., Bialoskorsky Neto (2002:12-13) constatou a seleção de cooperados já no início das atividades, quando “agricultores são selecionados com o objetivo claro de estabelecer uma planta de processamento para agregação de valor às commodities agropecuárias.

A visão e o objetivo final são do mercado e não do produtor, desse modo, essa organização é ‘*market oriented*’, e não apenas ‘*producer oriented*’, como é comum no processo de formação de cooperativas”. A arquitetura da estratégia destas cooperativas define a necessidade de formação de um quadro societário que disponha de estrutura produtiva adequada para o desafio competitivo do agronegócio. Sob essa lógica, pequenos produtores que buscam na cooperativa um dispositivo de amenizar suas deficiências econômicas não acrescentariam muito para a maximização da eficiência.

Já no início da década de 1980, Fleury (1980) apontava que para as cooperativas agrícolas voltadas para o mercado de commodities pouco interessava um produtor pequeno e desprovido de capital. As cooperativas precisavam congregiar associados que produzissem em escala, comprassem insumos e realizassem financiamentos, fomentando a acumulação. O pequeno produtor participaria modestamente da cooperativa nas seguintes condições: a) realizando trabalho assalariado nas propriedades de sócios cooperados; b) formando cooperativas de trabalhadores rurais; c) arrendando suas terras para a cooperativa. Nesta linha de raciocínio, os empreendimentos cooperativos precisam incrementar a eficiência em suas atividades, terceirizando serviços, contratando funcionários profissionais para sua gestão e determinando as relações de trabalho dentro das propriedades dos seus cooperados conforme o padrão das suas concorrentes que integram o *agribusiness*. Objetivando a aferição cada vez maior de sobras nos seus resultados, “A empresa cooperativa tem que agir de acordo com a lógica econômica de mercado, tanto para ‘fora’ da organização, como é nítido, mas também para ‘dentro’ da organização, na relação com seus associados. Somente isso garantiria a sua eficiência empresarial e, portanto, a sua eficácia social” (BIALOSKORSKY NETO, 1998,p. 45).

Portanto, esta vertente teórica ligada ao cooperativismo tradicional, defensora de um cooperativismo empresarial admite ser a eficiência econômica o objetivo último a ser alcançado. A cooperativa seria uma associação de produtores, comerciantes ou prestadores de serviços individuais, que adquirem coletivamente vantagens de escala, devendo ser regida pela racionalidade técnica através da heterogestão, permitindo sua identificação com a empresa típica capitalista. Nessa linha de pensamento, os empreendimentos cooperativos deveriam ter uma gestão totalmente voltada para a aferição do resultado econômico. Isso implicaria no enquadramento dos seus cooperados aos preceitos de eficiência, mesmo que resultasse na exclusão de alguns sócios, por não corresponderem à escala de produção esperada ou por não transacionarem o suficiente com a cooperativa (CHIARIELLO, 2008).

No entanto, cumpre diferenciar os empreendimentos populares, em termos de estratégias e objetivos, das cooperativas empresariais, capitalistas. Organizados sob os princípios da Economia Solidária, esses empreendimentos não posicionam as sobras e os ganhos como o principal objetivo do negócio, mas sim a sustentabilidade social dos trabalhadores associados. Como destacam França Filho e Laville (2004), essa é a

base em que se situa o desenvolvimento da vertente econômica solidária. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento de trabalhadores que busca ir além dos interesses privados, lutando, no espaço público, por um poder-agir na economia.

Nas atividades rurais, é comum o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Faz-se necessário estimular a cooperação autogestionária, com a propriedade conjunta dos meios de produção e o compartilhamento do processo decisório, na luta pela terra e viabilização da vida no campo. O cooperativismo, para assentados do MST, é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana. Busca-se a aprendizagem e o desenvolvimento organizacional, através da motivação coletiva para o trabalho associado.

Há compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais. Na definição das estratégias de crescimento econômico, a busca pelas sobras líquidas não é a referência principal, mas sim o desenvolvimento do ser humano, através do resgate da dignidade e construção da cidadania. No entanto, atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada via “atravessador”, o que reduz o fruto da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos in natura com baixo valor agregado percebido (GALLO, 2003; VAZZOLER, 2004; PIMENTEL, 2004; BETANHO, 2008).

Portanto, a vertente teórica ligada ao cooperativismo popular, defende a associação de trabalhadores em cooperativas como um instrumento de resistência frente à exclusão do mercado de trabalho formal, vislumbrando a permanência do empreendimento para além dos momentos de crise capitalista. Alicerçados em pilares de solidariedade, esses empreendimentos estariam focados na dimensão social dos cooperados. A gestão das cooperativas populares se daria sob a autogestão pelos trabalhadores, adequando o elemento econômico às determinações dos sócios, ou seja, subordinando a racionalidade técnica à racionalidade social. Seriam priorizadas as demandas sociais internas, mas sem negligenciar o aspecto econômico, daí o desafio de equilibrar produção, busca por resultados econômicos e solidariedade.

As divergências teóricas entre as concepções sobre a gestão de cooperativas sugerem que a investigação acerca da trajetória de cada empreendimento possibilite sua aproximação com a modalidade de cooperativa empresarial ou popular. A orientação da gestão da cooperativa é decisiva para sua existência, seja incorporando a racionalidade técnica para fins econômicos, mesmo que à custa dos princípios de solidariedade, nos moldes da empresa capitalista, seja se guiando pela racionalidade social, que objetive resultados econômicos, mas que os submeta aos princípios da solidariedade e da transformação social.

Na organização das cooperativas rurais, a análise da viabilidade social e econômica do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente a obra, o arranjo físico, a projeção do fluxo do processo de produção, a verificação das exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária, os equipamentos necessários ao processo produtivo, as condições de trabalho, a adequação sócio-técnica à realidade do empreendimento (DAGNINO, 2010), através da construção participativa do espaço tecnológico (CANDIDO, 2010), além dos postos de trabalho, os conteúdos, métodos e relações de trabalho, bem como as necessidades de qualificação dos trabalhadores.

Com essas informações, entre outras, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e investimentos de maneira menos insegura, definindo com menor grau de certeza, inclusive o número de cooperados adequados a cada realidade, o tamanho da jornada de trabalho, sem deixar de levar em consideração o tempo para o lazer, cultura, educação e outras atividades. Para isso é indispensável a elaboração democrática de um plano de negócio factível de ser implementado coletivamente.

Outra estratégia utilizada na tentativa de diminuir suas incertezas, atuando em diferentes mercados e, de aumentar sua possibilidade de crescimento é a diversificação da produção. Ao partir para a diversificação dos seus produtos, as cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, mas também possibilita a criação de canais próprios de comercialização, garantem renda nos períodos de flutuações na demanda ou perda de produção e tendem a reduzir o trabalho ocioso. Porém, a diversificação excessiva pode acarretar a perda de foco do negócio, acarretando uma série de desvantagens tais como: drenar recursos para atividades economicamente secundárias, deixando outras sem condições operacionais adequadas; exigir ampla qualificação do trabalho de difícil obtenção em um dado momento; deslocar a atenção das instâncias de gestão da cooperativa para atividades pouco rentáveis, diminuir o tempo disponível para gestão das atividades principais; anular com prejuízos, os resultados econômicos positivos obtidos por outras atividades principais e; pode haver descontrole sobre os resultados das atividades desenvolvidas.

Nesse sentido, há necessidade de se adotar sistematicamente algumas normas técnicas de produção que padronizem os procedimentos a serem adotados no processo produtivo e administrativo. Ao mesmo tempo, ao analisarmos os documentos e depoimentos de dirigentes de cooperativas e empresas auto-

gestionárias, rurais e urbanas, percebe-se uma preocupação com o desenvolvimento da cooperação no interior da organização, procurando evitar reproduzir a organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente. Todavia, com o risco de diluição de responsabilidades na cooperativa, o que pode ocorrer é que não se estabeleça a responsabilidade de quem atuou com desleixo ou ineficiência no processo produtivo, assim como também pode não ocorrer o reconhecimento e estímulo aos que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas.

De fato, do ponto de vista da orientação da gestão, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, além do acerto na tomada de decisão, necessário se ter a adesão de todos que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para as empresas associativas é o de encontrar mecanismos de poder e de decisão que sejam equilibradas atendendo às exigências essenciais da democracia e da eficácia. Para sua sobrevivência, o empreendimento solidário se vê obrigado a atuar no mercado, compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcadas historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade e na necessidade dos bens trocados. Ou seja, os bens são trocados, conforme interesses de cada uma das partes. No entanto, pode-se partir do pressuposto que, nos procedimentos de trocas, as relações também podem ter uma soma positiva, em que as partes podem ganhar.

Trata-se aqui de um jogo ganha-ganha. Não se trata de tirar de um para dar a outro, mas de se estabelecer um sistema de relações econômicas e sociais que permitam ganhos a ambos. Pode-se encontrar em empreendimentos solidários elementos internos de uma lógica que os torna objetivamente propensos a praticarem esse tipo de relação de troca. Cabe aqui uma questão: como passar de uma economia popular onde há empreendimentos solidários relativamente isolados, praticando solidarismo nas suas relações internas, para um solidarismo horizontal onde se possa criar e desenvolver um conjunto de práticas que inter-relacionam essas iniciativas? Ir além da economia popular pressupõe pensar que o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades pode significar inicialmente buscar planejar a organização de cada cadeia produtiva solidária (MANCE, 2001; 2003), estratégica para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário. Para isso, é estratégico que ocorra um processo de mobilização da Sociedade Política e Sociedade Econômica criando oportunidades de trabalho e renda, superando gradativamente as dificuldades para melhoria nas condições e nas relações de trabalho de toda uma população local. Segundo este autor, pode estar em processo de formação sistemas de Redes de Economia Solidária que integrem organizações solidárias de crédito, produção, consumo, comércio e serviços que passam a analisar as melhores estratégias de expansão, chegando algumas a sinalizar sobre a necessidade da remontagem de cadeias produtivas nas quais estão inseridas. Segundo este autor, “A ideia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam sob a lógica da economia solidária” (MANCE, 2003, p. 26-27). O objetivo é alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. De fato, já encontramos na realidade brasileira algumas experiências que vão nesta direção apresentadas em Eid et al. (1998), Eid (2003, 2005), Mior (2005), na Dissertação de Mestrado de Severino (2006), Metello (2007) e de Chiariello (2008).

É nesse sentido que as experiências concretas sinalizam ser possível a organização de uma outra economia colocada em marcha na direção de uma outra lógica de organizar o trabalho, a produção, o consumo, a Sociedade, essencialmente anti-capitalista, a da Sociedade Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios para a construção de uma autêntica Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma Sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não totalizante. A história de lutas dos trabalhadores demonstrou ser utópica essa pretensão de incorporar todas as relações societárias numa lógica de subordinação do trabalho ao capital. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo. Por outro lado, a sociedade de hoje que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação.

Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para ampliar a capacidade de resistência dessas iniciativas que pretendem ser plenamente autogestionárias. A cada dia novos desafios surgem para os trabalhadores que se veem obrigados a desenvolverem suas potencialidades profissionais historicamente

impedidos pelas relações de trabalho e de produção despóticas onde a gerência científica impunha, e continua impondo nas empresas tradicionais, o não reconhecimento dessas competências. Por um lado, o reconhecimento poderia significar um aumento nas pressões do operariado por melhorias nas condições de vida e por outro, colocaria a questão da competência na gestão, em debate.

Seguindo essa linha de raciocínio, a formação continuada e integrada torna-se central para ampliar a capacidade de resistência das empresas dos trabalhadores. Esta formação pode ocorrer nos planos: a) administrativo – utilização eficiente e eficaz das ferramentas de gestão; b) técnico – desenvolver com competência a gestão do trabalho nos processos de produção e de trabalho; c) político – aprofundar a questão da transmissão e troca de saberes entre trabalhadores associados; introduzir a politecnia nos processos, atuar nos movimentos sociais de resistência, contribuir para construir uma reserva estratégica para mudança no modo de produção vigente; d) humanista – aprofundar o debate sobre valores humanitários. Levando-se em consideração estas características podemos verificar que o maior risco para esses empreendimentos solidários é entrar no jogo da banalização dos princípios duramente construídos, buscando seu crescimento pela via da competição a qualquer custo com os empreendimentos solidários ou com as empresas capitalistas. Abrir mão de princípios para garantir a concorrência e não o desenvolvimento da (inter) cooperação e do crescimento dos movimentos sociais por melhores políticas públicas, é não compreender que essas experiências populares têm também como importância mostrar ser possível o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção.

O referencial teórico sobre a economia solidária encontra-se em fase de elaboração. É nesta linha de preocupação que entendo a construção de uma economia solidária enquanto articulação de movimentos sociais de resistência organizando experiências piloto, que sejam bem sucedidas e que sirvam como referência para outros trabalhadores, terem também a compreensão de que é possível o rompimento com a cultura da subalternidade e da suposta necessidade de uma gerência científica que ordene aos empregados o que cada um deve cumprir, um dos pilares fundamentais da ideologia capitalista.

O caminho cooperativo precisa ser construído pelos trabalhadores e suas organizações, visando, ao mesmo tempo, superar a cultura da delegação e criar um ambiente propício a que tais trabalhadores tornem-se sujeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BETANHO, C. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- BIALOSKORSKI N.S. **Ensaio em cooperativismo.** Ribeirão Preto: F.E.A. USP, 1998.
- _____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico.** Viçosa: Seminário de Política Econômica e Cooperativismo e Agronegócios, 2002.
- CANDIDO, S.E.A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- CHIARIELLO, C.L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- CORAGGIO, J.L. **La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado.** Revista de Ciências Sociais – Unisinos, São Leopoldo, 37(159):235-258, 2001.
- _____. **Economia do trabalho.** In: CATTANI, Antonio David. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Verraz Editores, 2003.
- DAGNINO, R (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas, SP: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2010.
- EID, F, SCOPINHO, R.A., PIMENTEL, A.E.B. **A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária** In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Pocos de Caldas – MG. p.767-778, 1998.
- EID, F. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária** In TIRIBA Lia & PICANÇO Iracy (orgs.) Arquitetos e Abelhas, Niterói, Editora Idéia e Letras, 2005.

_____. EID, F. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** Anais do IX FIEALC- Federação de Estudos sobre América Latina e Caribe. Osaka, Japão, 2003.

_____. Séminaire DEA de Bruno Lautier “**Travail salarié, travail non-salarié et protection sociale dans le Tiers-Monde**”, Amiens, France, junho de 1990.

_____. **Trajetórias do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas.** Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo. II Curso de Extensão em Direitos Humanos – UFSCar/UNESCO. São Carlos, novembro de 2000.

_____.; GALLO, A.R; PIMENTEL A.E.B. **Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.** IV Encontro Regional da ABET, Rio Grande do Sul, 2001.

FLEURY, M.T. **Cooperativas e produtores agrícolas em uma sociedade capitalista.** Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L.. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A **Economia Solidária diante do modo de produção capitalista,** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003.

_____. L.I; **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil,** Porto Alegre, UFRGS, 2004.

_____. A.R. **Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica.** Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

LAUTIER, B. **L'économie informelle dans le tiers monde.** Éditions La Découverte, Paris, 1994.

LEITE, M.P. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, n. 69, p. 31-51, fev.2009.

LEVY, Y. **Globalization and the cooperative difference.** Journal of Rural Cooperation (29): 105-114, 2001.

MANCE, A.E. **Cadeias produtivas solidárias.** In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia.** Porto Alegre. Veraz Editores. 2003. p. 26-27.

_____. **A consistência das redes solidárias.** Revista de Ciências Sociais. Unisinos, São Leopoldo, 37(159): 177-204, 2001.

METELLO, D.G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama - cadeia solidária do algodão agroecológico.** - Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Argos, SC. 338p. 2005.

MORAES, D.G.S.V.M; EID, F. **Gestão de resíduos sólidos e políticas públicas: uma breve reflexão,** VII ENEDS, Teófilo Otoni, MG, 2010

NAKANO, M. **Anteag: a autogestão como marca.** In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo.** Tese (Doutorado) – Departamento de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

PIMENTEL, A.E.B. **Assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais.** Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

RIBEIRO, D.V.; MORELLI, M.R. **Resíduos sólidos: problema ou oportunidade?** Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SEVERINO, M.R. **Processo de trabalho e organização do trabalho em uma cooperativa de reforma agrária do MST: análise comparativa entre empresas capitalistas e empreendimentos de economia solidária.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SINGER, P.I. **Economia solidária: um modo de produção e redistribuição.** In: SINGER, P.I.; SOUZA, A.R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** 2ª reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____.; SOUZA, A.R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000b.

SOUZA, A.R. **A construção social e a investigação científica da economia solidária**. VI ENEDS. Campinas, SP, set, 2009.

TAUILE, J. R. e RODRIGUES, H. **Referências conceituais para ações integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar**. Brasília: SENAES/MTE, 2005;

_____. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Texto submetido ao seminário internacional “Teorias do desenvolvimento no novo século”, 2001. Internet [<http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf>] Capturado em 02/09/2002.

_____; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. Brasília: IPEA, série “Mercado de Trabalho”, no. 24, 2004;

VAZZOLER, M.R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista**. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

– VIEITEZ, C. e DAL RI, N.M. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.